

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA  
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA  
CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO PANTANAL

**COMENTÁRIOS SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA PESCA NO PANTANAL**

Corumbá, 13 de dezembro de 1993

Atualmente, no Brasil, a pesca profissional é muito dificultada em três Estados: Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. Este fato é oriundo da pressão exercida pela pesca esportiva com o intuito de serem reservados para si, os exemplares de peixes mais nobres e maiores. Devido ao fato desse grupo ter apoio político e maior capacidade de influência sobre os centros decisórios do Poder, os pescadores profissionais, um grupo socialmente mais frágil, ficam à mercê das veleidades políticas.

De acordo com a mensagem do Senhor Governador Pedro Pedrossian ao Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul (xerox em anexo), há uma vontade política "visando, em especial, reduzir progressivamente até sua eliminação, a pesca profissional praticada de forma predatória, como é nos moldes atuais."

Para analisar essa mensagem é necessário ficar bem claro o que significa pesca predatória. Em geral as pessoas encaram a pesca de rede, ou a pesca de cardumes, durante a época da desova, como predatória, o que nem sempre é verdade.

Recentemente o IBAMA em Brasília, realizou uma consulta aos pescadores profissionais e autoridades científicas reconhecidas, para ordenar a exploração pesqueira da Bacia do Paraná (Pantanal não incluído) e nenhuma das decisões adotadas, abrangeu a proibição total do emprego de artes de emalhe. Apenas disciplinou suas dimensões e estratégia de uso, inclusive na época da desova com o estabelecimento de cotas máximas a serem capturadas, para que o pescador profissional não passe por dificuldades financeiras

durante o período de defeso. As artes de emalhar são empregadas pelos pescadores profissionais, de modo legal e ordenado em todo o país, com exceção dos três Estados já citados.

No Pantanal, em função da carência de informações sobre a biologia das espécies de peixes de maior interesse comercial, estatística de desembarque e esforço pesqueiro, a atual legislação nos parece muito restritiva. Permite somente o uso de anzóis e proíbe o uso de redes, que é um método mais eficiente de captura. Impõe um período de defeso de até três meses, necessário e justificável tecnicamente, porém com um grande impacto econômico negativo para o pescador profissional e o setor turístico (Catella, 1992).

No momento, o CPAP/EMBRAPA juntamente com a SEMA/MS estão desenvolvendo um projeto para avaliação do atual nível de exploração dos estoques pesqueiros do Pantanal, a partir da implantação de um novo modelo de Guias de Vistoria e Lacre, expedidas pela Companhia Independente de Polícia Florestal/MS e estatísticas de frequência de comprimento das espécies de maior importância comercial. Baseando-se em valores internacionais de produção pesqueira, situados entre 17 e 60 kg/ha/ano (Welcomme, 1985), e estimando-se a área média inundável do Pantanal em 62.000 km<sup>2</sup> (Paiva, 1984), chegamos ao potencial estimado entre 105.000 e 370.000t/ano. No entanto, o desembarque total da pesca profissional e esportiva nunca ultrapassou, segundo as fontes disponíveis (Paiva, 1984; Silva, 1986; SUDEPE, 1988) 10.000t/ano. Isto implica que o esforço pesqueiro atual sequer "arranha" os estoques pesqueiros, significando que a intensidade de pesca pode aumentar, sem gerar conflito entre as duas modalidades de pesca. Este argumento é ainda mais reforçado porque o tamanho médio das espécies mais capturadas parece não ter diminuído ao longo dos anos, e o consenso geral entre os pescadores profissionais e esportivos é de que a pescaria ainda é abundante. Este fato é também consequência do aumento do sucesso reprodutivo dessas espécies, devido ao ciclo atual de grandes cheias do Pantanal, desde 1974.

Assim, parece-nos oportuno a consideração dos itens abaixo relacionados, para o delineamento de uma política pesqueira coerente para o Pantanal, procurando-se minimizar os graves conflitos que detectamos em recente visita a algumas colônias, associação e cooperativa de pescador do Estado, entre os pescadores profissionais e esportivos:

- Trata-se de uma questão eticamente muito delicada decidir sobre o uso dos recursos pesqueiros, uma vez que a sociedade não investiu em sua produção. Portanto, essa questão merece um amplo debate dentro da sociedade.

- A melhor forma de conservar os recursos pesqueiros é usufruí-los de modo sustentável. O desfrute plural desse recurso é ético e interessante para sua preservação.

- É perfeitamente compatível a coexistência da pesca profissional com a esportiva, como vem ocorrendo a muito tempo no Pantanal. Trata-se apenas de efetuar um ordenamento das atividades, para minimizar o conflito existente.

- É possível adotar uma política para agregar mais valores à pesca profissional, como o beneficiamento de couro do pescado, para a produção de itens industrializados como sapatos, cintos etc, já com grande aceitação no mercado internacional. O acondicionamento da carne de pescado sob a forma de filé congelado, a produção de farinha de peixe e óleo com as carcaças, irá resultar na criação de novos empregos.

- Extinguindo-se a pesca profissional o estoque de curimatá, a espécie nobre mais abundante do sistema, que é a base da proteína barata consumida pelas populações urbanas mais pobres, não será utilizado. Sua pescaria é efetuada com tarrafa, o que não

tem sentido na pesca esportiva, pois esse peixe é difícil de ser capturado com anzol e linha. A extinção da pesca profissional ainda irá acarretar a perda da cultura do pescador artesanal, acumulada por gerações, no entendimento da ecologia do Pantanal.

Transformar essa categoria social em mera mão de obra especializada em servir a indústria turística da região, significa não respeitar o seu modo de vida e visão do mundo, que devem ser encarados como patrimônio cultural da Nação.

- É usual se afirmar que o estado de pobreza do pescador profissional é inerente à sua profissão. Não acreditamos nesse ponto de vista, pois em muitas regiões deste país os pescadores tem uma vida digna, possuindo casa própria, adequados petrechos de pesca e barco a motor, propiciando uma situação de vida confortável aos seus familiares. Se atualmente no Pantanal, encontram-se em situação econômica difícil, é porque a política pesqueira dos últimos anos, tem arbitrado desfavoravelmente à sua causa. Optando-se por uma legislação mais adequada aos seus anseios profissionais, seguramente o pescador profissional se tornará num dos aliados mais forte para a conservação desses recursos e fiscalização da pesca.

Para finalizar, ressaltamos que as alterações ambientais, principalmente no Planalto, tem influência negativa na qualidade da água e recursos pesqueiros. As principais causas são a mineração (mercúrio e assoreamento), indústria (poluição química e térmica), agropecuária (agroquímicos, desmatamento, erosão e assoreamento) e construção civil (barragens, diques, estradas e efluentes domésticos). Além disso, a introdução de espécies exóticas é um risco ao equilíbrio do ecossistema. A introdução acidental do tucunaré, na década de 80, provocou a dispersão deste peixe voraz a centenas de quilômetros do ponto de origem. Como esta espécie parece ter estabelecido uma população sustentável para a pesca, sua erradicação é praticamente impossível (EMBRAPA/CPAP, 1993).

Consultores:

Prof. Dr. Miguel Petrere Jr.  
UNESP - Departamento de Ecologia  
C.P. 199 - 13.560-900  
Rio Claro (SP)

Prof. Dr. Carlos Araújo Lima  
INPA - Biologia Aquática  
C.P. 478 - 69.011-970  
Manaus (AM)

Pesquisadores de contra-partida do Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal  
(CPAP/EMBRAPA):

Prof.MSc Agostinho C. Catella

Prof.MSc Flávio Lima Nascimento

CPAP/EMRAPA - Rua 21 de Setembro, 1880  
79.320.900 - Corumbá - MS

## Literatura Citada

Catella, A.C. 1992. Estrutura de Comunidade e Alimentação dos Peixes da Baía da Onça, uma Lagoa do Pantanal do Rio Aquidauana, MS. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 215 p.

EMBRAPA/CPAP 1993. Plano Diretor do Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal - CPAP. Brasília, EMBRAPA, 41 p.

Paiva, M.P. 1984. Aproveitamento de recursos faunísticos do Pantanal de Mato Grosso: pesquisas necessárias e desenvolvimento de sistemas de produção mais adequados à região. EMBRAPA-DPP. Documentos, 7.71 p.

Silva, M.V. 1986. Mitos e Verdades sobre a Pesca no Pantanal Sul -Matogrossense. Campo Grande, FIPLAN-MS. 146 p.

SUDEPE, 1988. Diagnóstico do setor pesqueiro de Mato Grosso do Sul. (Relatório) Campo Grande, SUDEPE, 54 p.